

DOI: 10.20911/21799024v15n2p94/2024

A graça revogada. Uma análise exegetico-teológica de Mt 18,21-35

The Grace Revoked: An Exegetical-Theological Analysis of Mt 18:21-35

Inácio José Tadeu Rodrigues Martins¹

Resumo: O artigo pretende estudar Mt 18,21-35, servindo-se da análise narrativa, enfocando o tema do perdão dos pecados, enquanto manifestação da graça divina. A justificativa desta pesquisa deve-se ao fato de que, nas situações pastorais, verifica-se, da parte de muitos, o desejo de se experimentar, da parte de Deus, o perdão dos pecados, sem levar em conta, as consequências relacionais que este perdão deve provocar na vida do discípulo. O artigo, sucintamente, tentará vincular graça e perdão dos pecados, no Antigo e Novo Testamento. Em seguida, investigar tal tema presente no evangelho mateano. Depois, analisar exegeticamente a perícopes proposta e por fim, a comentar teologicamente e pastoralmente, evidenciando que a recusa em dar o perdão, da parte do discípulo, pode fazê-lo perder, no juízo, o perdão definitivo de Deus.

Palavras-chave: Graça. Evangelho de Mateus. Misericórdia.

Abstract: This article aims to study Mt 18:21-35 using narrative analysis, focusing on the theme of forgiveness of sins as a manifestation of divine grace. The rationale for this research lies in pastoral situations where many desire to experience God's forgiveness of sins without considering the relational consequences that such forgiveness should provoke in the disciple's life. The article briefly seeks to connect grace and forgiveness of sins in the Old and New Testaments,

1 Mestre e Doutorando em Teologia Bíblica pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, FAJE, bolsista FAPEMIG.

investigate this theme as present in the Gospel of Matthew, exegetically analyze the proposed pericope, and finally, provide theological and pastoral commentary, highlighting that a disciple's refusal to forgive may result in losing God's definitive forgiveness in judgment.

Keywords: Grace. Gospel of Matthew. Mercy.

Introdução

Duas experiências perpassam, cotidianamente, a vida do seguidor de Cristo: a experiência de ser pecador, de perceber-se infiel a Deus e ao evangelho que se propõe viver, e a experiência de, constantemente, perdoar as pessoas de seu convívio pelas ofensas que cometem contra ele. Para a primeira situação, o discípulo de Jesus busca a misericórdia divina, por meio de atos de penitência e conversão, confiando no perdão divino gratuito já oferecido à humanidade em Cristo. O desafio consiste em compartilhar o perdão recebido na convivência diária, fazendo-se instrumento de reconciliação. Uma fé imatura pode levar a pessoa a, erroneamente, crer que o perdão dos pecados, dado em Cristo, não deve trazer consequências práticas para a sua convivência com outras pessoas.

O evangelho mateano afirma a identidade de Jesus, "Deus salva", vinculada à sua missão de libertar o povo de seus pecados (Mt 1,21). O ministério terapêutico jesuânico visa justificar que, Nele, o perdão dos pecados chegou à humanidade (Mt 9.2.5-6). A catequese mateana entende a morte de Jesus como expiatória (Mt 26,28). Contudo, o mesmo evangelho, afirma, repetidamente, o juízo divino, no fim da história (Mt 3,10b e 7,19; 7,22-23 e 25,11-12; 10,15 e 11,22.24; 10,39 e 16,25; 13,12 e 25, 29; 13,42 e 13,50; 19,28 e 25,31; 19,30 e 20,16; 24,42 e 25,13) e, por isso, o discípulo precisa dar frutos (Mt 3,8; 7,16-18.20; 21,34.41.43). A teologia mateana do juízo destruiria, portanto, a pregação da graça divina?

Este artigo reflete, exclusivamente, sobre o perdão dos pecados, enquanto manifestação da graça divina, a partir da análise narrativa da perícopes de Mt 18,21-35. Mostra a existência, mesmo implícita, de uma "teologia da graça mateana" na qual Deus toma a iniciativa em perdoar os pecados. Contudo essa graça pode ser perdida, caso não se produza o fruto correspondente ao dom recebido.

Para esse fim, o artigo investigará, brevemente, como o tema da graça está vinculado ao tema do perdão dos pecados, em ambos os Testamentos (item 1). Depois, averiguará a existência subentendida de uma teologia da graça no evangelho mateano (item 2). Em seguida, realizará, por meio da análise narrativa, a exegese de Mt 18,21-35 (itens 3 e 4). Nesta perícopes se perceberá a graça à semelhança da manifestação da superabundância do perdão divino, alegorizada na anistia da dívida impagável do servo devedor. Mostrará, também, a perda da graça pelo discípulo obstinado em não perdoar. Por fim, trará as consequências

pastorais de tal perícope, estimulando uma cultura de reconciliação e perdão em nossas comunidades de fé e sociedade (item 5).

1. Perdão dos pecados: manifestação da graça de Deus

A Bíblia Hebraica atribui muitas qualidades a Deus. Uma delas é a misericórdia. Em Ex 34,6-7, Deus se autorrevela a Moisés, no Monte Sinai dizendo:

O Senhor, o Senhor, Deus compassivo e clemente, lento para a ira e rico em misericórdia e fidelidade, que guarda a misericórdia por milhares de gerações e que afasta a iniquidade, a transgressão e o pecado, porém, não deixa impune, mas cobra a iniquidade dos pais nos filhos e nos filhos dos filhos, até a terceira e quarta geração².

Deus descreve a si mesmo acentuando a sua misericórdia, sua capacidade de perdoar as falhas humanas. Esta cena, na narrativa, acontece após vários pecados cometidos pelo povo de Israel, recém liberto da escravidão. Dentre eles, o pecado mais grave: a adoração do bezerro de ouro (Ex 32). Desta forma, após a infidelidade do povo, Deus reafirma a sua predisposição em agir com gratuidade e misericórdia. O adjetivo “compassivo” traduz o hebraico מוֹחֵן (*hahum*), “clemente”, רַחוּם (*hannum*) e “misericórdia”, חֶסֶד (*hesed*).

Na passagem bíblica em questão, aparecem dois vocábulos equivalentes da palavra “graça” no hebraico: *hen*, do verbo *hanan*³ e *hesed*⁴. *Hen* foi traduzido pela Septuaginta por *charis*, em 56 ocasiões de 69 e *hesed* por *eleos*, 213 vezes de 245 (SELIS, 2013, p. 596). *Hanan* descreve uma reação verdadeira de uma pessoa para dar algo a alguém necessitado. É uma ação de alguém superior na direção de um inferior, sem nenhum direito ao tratamento indulgente (YAMAUCHI, 1998, p. 494). *Hesed*, indica “a superabundância de graça, muito maior que o castigo merecido pela maldade”, significando também compaixão e perdão dos pecados, uma vez que o ser humano é pecador (DE MORI, 2023, p. 5). Na mesma direção Kasper afirma

O termo mais importante para entender misericórdia é *hesed*, que significa favor imerecido, bondade, benevolência e, por extensão, também denota graça e misericórdia divinas. Assim, *hesed* vai além da mera ternura e tristeza pela aflição do homem e designa a solicitude livre e indulgente de Deus por ele. É um conceito relacional que não se refere a uma ação isolada, mas a uma ação que se prolonga no tempo. Aplicado a Deus, exprime um dom imerecido e inesperado da graça divina que transcende toda relação recíproca de fidelidade, que ultrapassa todas as expectativas e categorias humanas. Pelo fato de que o Deus onipotente e santo assume a situação carente em que o homem se colocou, que percebe a miséria do pobre e infeliz ser humano, que ouve sua queixa, que se curva e se humilha, que desce para estar com o homem em sua necessidade e

2 Todas as citações bíblicas serão extraídas da Tradução Oficial da CNBB, 2ª edição, 2019.

3 Ocorre 69 vezes na Bíblia Hebraica.

4 Ocorre 245 vezes na Bíblia Hebraica.

o acolhe repetidas vezes, apesar de sua infidelidade, perdoa-o e lhe dá uma nova chance, embora ele mereça apenas punição, tudo isso excede as experiências e expectativas humanas normais, vai além da imaginação e do pensamento humanos. Na mensagem do *hesed* manifesta-se algo do mistério de Deus, que está oculto do pensamento humano e do qual só temos conhecimento e conhecimento através da revelação divina (KASPER, 2012, p. 49)⁵.

Várias passagens veterotestamentárias descrevem a graça como perdão dos pecados (Ex 34,6; Nm 14,18; Sl 51,3; 86,15; 103,8; J1 2,13; Jn 4,2; Ne 9,17). Contudo, o judaísmo postulava a remissão das faltas apenas no fim da história (escatologia). Portanto, os ritos religiosos eram de expiação e não propriamente de perdão. De acordo com a norma religiosa, o fiel era declarado justo conforme a lei, cabendo a Deus dar o perdão ou não (DE MORI, 2024, p. 35).

O Novo Testamento emprega *χάρις*, *charis*, 155 vezes, sendo 100 vezes nas cartas paulinas. Jesus falou poucas vezes, de forma conceitual, sobre a misericórdia divina (Lc 6,36; Mt 18,27.33; Mc 5,19). Contudo, sua vida deve ser considerada uma parábola de misericórdia, pela forma como tratava os pecadores (Mc 2,13-17), aos quais, transmitiu, através de si mesmo, na prática de seu amor, a graça de Deus que sai ao encontro do pecador, reconciliando-o. Jesus suscitava protesto dos religiosos, pois mostrava que Deus se inclinava ao pecador, mesmo sem sua emenda prévia, intercambiando de posição salvação e penitência (THEOBALD, 2011, p. 709). Em Cristo, a salvação era oferecida antes da conversão.

O Novo Testamento afirma que o perdão dos pecados é fruto da morte e ressurreição de Jesus (Mt 26,28; At 2,38; 5,31; 13,38; 16,43). Paulo, por sua vez, vincula a graça ao perdão dos pecados, afirmando que é por ela que somos justificados gratuitamente (Rm 3,24-25); a justificação do pecador é dom e graça de Deus (2Cor 13,11). A ideia se repete nas cartas deuteropaulinas (Ef 1,7; Cl 1,14, 1Tm 1,15). Percebida a vinculação da graça com o perdão dos pecados, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento, pode-se questionar se tal tema aparece no evangelho mateano.

2 Graça no evangelho de Mateus

Os estudiosos se dividem em relação à presença de uma “teologia da graça” no evangelho mateano. Hagner, compreendendo a graça como “favor aos

⁵ El término más importante para la comprensión de la misericordia es *hesed*, que significa favor inmerecido, afabilidad, benevolencia y, por extensión, también denota la gracia y la misericordia divinas. Así pues, *hesed* va más allá del mero enternecimiento y tristeza por la aflicción del ser humano y designa la libre e indulgente solicitud de Dios por él. Se trata de un concepto relacional que no alude a una acción aislada, sino a una acción que se prolonga en el tiempo. Aplicado a Dios, expresa un inmerecido e inesperado regalo de la gracia divina que trasciende toda relación mutua de fidelidad, que desborda todas las expectativas y categorías humanas. Pues el hecho de que el Dios omnipotente y santo asuma la menesterosa situación en la que el ser humano se ha colocado a sí mismo, de que perciba la miseria del ser humano pobre y desdichado, de que escuche su queja, de que se incline y humille, de que descienda para estar junto al hombre en su necesidad y lo vuelva a acoger una y otra vez a despecho de su infidelidad, lo perdone y le brinde una nueva oportunidad, aunque más bien merecía justo castigo, todo ello rebasa las experiencias y expectativas humanas normales, va más allá de la imaginación y el pensamiento humanos. En el mensaje de la *hesed* se manifiesta algo del misterio de Dios, que se oculta al pensamiento humano y del que únicamente tenemos noticia y conocimiento merced a la revelación divina.

indignos”, considera o tema presente no evangelho, a partir do comentário de Mt 5,43-48. Para tal autor, a conduta do discípulo de Jesus surpreende os demais porque está pautada pela experiência da graça. Os indignos experimentaram, da parte do Pai, a surpresa da graça inesperada, e, por isso, agem de forma semelhante, em relação aos desprezíveis entre eles. Não se pautam pelas convenções sociais, mas agem com gratuidade (HAGNER, 2008, p. 132).

Davies e Allison afirmam a “precedência da graça” ao ensino no evangelho mateano. Tais autores, comentando Mt 4,23-5,2, notam as multidões sendo objeto de compaixão de Jesus, antes de serem instruídas. Mesmo sem terem feito nada, são beneficiadas por Ele. “O primeiro ato do Messias não é a imposição de seus mandamentos, mas a doação de si mesmo” (DAVIES; ALLISON, 2004, p. 427). O dom gratuito de Cristo, seria, na visão destes autores, a presença do tema da graça, no evangelho mateano.

Em opinião oposta, Park assevera certo agnosticismo em relação ao tema da graça no evangelho de Mateus, pois, χάρις nunca aparece textualmente. A soteriologia mateana não negaria tal conceito, contudo, nota haver outros termos mais úteis para a teologia do primeiro evangelho (PARK, 2009, p. 76).

Johnson, em sua tese de doutorado, aplica a taxonomia das seis perfeições da graça, da obra “Paul and the Gift”, 1995, de John Barclay, ao Evangelho de Mateus. Examina como o evangelho, apesar de nunca usar a palavra χάρις, apresenta uma teologia da graça (JOHNSON, 2021, p. 4). As seis perfeições da graça são: singularidade, referindo-se à atitude do doador, sendo inteiramente bom; superabundância, aludindo ao tamanho, significado e permanência do dom; prioridade, dizendo respeito ao momento do dom, dado antes do pedido do receptor; eficácia, tendo a ver com o resultado do dom, quando este impacta o receptor; incongruência, já que o dom não leva em conta o valor do receptor, pois, normalmente não pode retribuir; e, por fim, a não reciprocidade, o dom é dado sem expectativa de retorno (JOHNSON, 2021, p. 6). Em Mt 18,23-35, a **superabundância** é a perfeição da graça a ser trabalhada como se verá nas considerações teológicas.

3 Mt 18,23-35: análise narrativa

Este artigo opta pela Tradução Oficial da CNBB, ao invés de propor uma tradução, devido à concisão do texto aqui apresentado. Contudo, as análises levarão em conta o texto grego da Nestlé-Aland, 28ª edição. As considerações exegético-narrativas serão realizadas num primeiro momento e, em seguida, as considerações teológicas e pastorais.

Então, Pedro dirigiu-se a Jesus, perguntando: “Senhor, quantas vezes devo perdoar, se meu irmão pecar contra mim? Até sete vezes?” Jesus respondeu: “Digo-te, não até sete vezes, mas até setenta vezes sete vezes. E acrescentou: “O Reino dos Céus é comparável a um rei que resolveu ajustar contas com os seus servos. Quando começou o ajuste, trouxeram-lhe um que lhe devia dez mil talentos. Como o servo não tivesse com que pagar, o senhor mandou que fosse vendido como escravo,

junto com a mulher, os filhos e tudo o que possuía, para pagar a dívida. O servo, porém, prostrou-se diante dele, pedindo: "Tem paciência comigo, e tudo te pagarei." Diante disso, o senhor teve compaixão, soltou o servo e perdoou-lhe a dívida. Ao sair dali aquele servo encontrou um dos seus companheiros que lhe devia cem denários. Ele o agarrou e começou a sufocá-lo, dizendo: 'Paga o que me deves'. O companheiro se atirou ao chão e suplicava: 'Tem paciência comigo, e eu te pagarei'; mas o servo não quis saber. Saiu e mandou lançá-lo na prisão até que pagasse o que devia. Quando viram o que havia acontecido, os outros servos ficaram muito sentidos, procuraram senhor e lhe contaram tudo o que acontecera. Então, o senhor mandou chamar aquele servo e lhe disse: Servo malvado, eu te perdoei toda aquela dívida, porque me suplicaste. Não devias tu não também ter misericórdia para com teu companheiro, como eu fui misericordioso para contigo? E o senhor se irritou e mandou entregar aquele servo aos carrascos, até que pagasse toda a dívida. Assim vos tratará meu Pai celeste, se cada um não perdoar de coração ao seu irmão".

Mt 18,21-35 pode ser dividido conforme a seguir Hagner:

1. Diálogo inicial: 18,21, pergunta; vs. 18,22, resposta
2. O rei e seus servos (18,23-27)
 - 2.1. Decisão do rei em acertar as contas com seus servos (18,23)
 - 2.2. O devedor com a dívida impagável (18,24)
 - 2.3. Decisão de forçar o pagamento (18,25)
 - 2.4. O pedido de misericórdia (18,26)
 - 2.5. Cancelamento da dívida (18,27)
3. O servo e seu companheiro (18,31)
 - 3.1. O servo forçando seu companheiro a pagar a pequena dívida (18,28)
 - 3.2. O pedido de misericórdia (18,29)
 - 3.3. A recusa da misericórdia (18,30)
 - 3.4. O relato dos demais servos (18,31)
4. A resposta do rei (18,32-34)
 - 4.1. A repreensão do rei (18,32-33)
 - 4.2. A renovação da dívida original (18,34)
5. A aplicação da parábola de Jesus (18,35) (HAGNER, 2008, p. 536-537).

A perícope está bem delimitada, pois contém elementos temporais e geográficos, personagens e temas bem precisos. O vs. 21 inicia-se com a partícula Τότε, "quando", denotando mudança temporal da cena anterior e, em 19,1⁶, encontra-se a frase Καὶ ἐγένετο ὅτε ἐτέλεσεν ὁ Ἰησοῦς τοὺς λόγους τούτους, "e aconteceu que, terminando Jesus estas palavras", denotando, também, mudança temporal.

Jesus realiza o discurso comunitário em Cafarnaum, localidade na qual está presente desde 17,24. Em 19,1, Jesus deixa a Galileia, dirigindo-se para a Judeia. Se, desde 18,1, os personagens da narrativa são Jesus e os discípulos, em 18,21, Pedro e Jesus protagonizam o diálogo e, na parábola, os personagens são o Rei, servos, o servo mau e um dos companheiros. O tema de 18,15-20 consiste na correção fraterna, enquanto 18,21-35 versa sobre a atitude da pessoa ofendida. Em relação ao gênero literário, 18,21-22, caracteriza-se como um diálogo e 18,23-34, como uma parábola (HAGNER, 2008, p. 536). A perícope em questão encerra o quarto discurso de Jesus, conhecido como "discurso comunitário" (Mt 18).

6 Todas as citações bíblicas, sem referência, são do Evangelho de Mateus.

No diálogo entre Pedro e Jesus (18,21-22), os verbos principais estão no presente: aproximar, προσέρχομαι, "dizer", λέγω. Na pergunta de Pedro, o verbo "pecar", ἀμαρτάνω, e "perdoar", ἀφίημι, ocorrem no indicativo futuro ativo. Ambos coincidem com o tempo verbal da aplicação final da parábola (18,35).

Os verbos da parábola encontram-se no passado. Assim o relato é classificado como ulterior (GENETTE, 1989, p. 274). Contudo, em 18,35, o verbo "fazer", ποιέω, encontra-se no indicativo futuro ativo, caracterizando um discurso preditivo condicionado pelo verbo "perdoar", ἀφίημι, conjugado no subjuntivo aoristo.

No tocante ao marco temporal e espacial, não há indicações na parábola, nem de onde se dá o fato e nem de quando acontece. Contudo, o fato de o Rei "ajustar contas" com seus servos, faz o leitor-ouvinte suspeitar se tratar do tempo final, escatológico, no qual Deus fará justiça (Mt 25,19). O marco social da parábola é o ambiente político: uma corte real, com sua aristocracia e criados, executores das políticas econômicas e militares reais (CARTER, 2007, p. 537)

A parábola, em sua trama narrativa, escapa ao modelo tradicional quinário⁷. Contudo, pelo fato dela utilizar uma retórica de paralelismo antitético entre a postura do rei e a do servo mau, o enredo poderia seguir o esquema abaixo:

1. Situação inicial: vs. 23, apresentação do rei, os servos e contexto do acerto de contas.
2. Nó: vs. 24-26, o rei decide jogar o servo devedor e sua família na prisão, o servo pede-lhe tempo para pagar.
3. Ação transformadora: vs. 27, o rei perdoa a enorme dívida.
4. Situação inicial 2: vs. 28a: apresentação o servo perdoado e seu companheiro devedor.
5. Nó 2: vs. 28b-29. O servo perdoado cobra a dívida e seu companheiro lhe pede tempo para pagar.
6. Ação transformadora 2: vs. 30. O servo mau não perdoa a dívida e joga o companheiro na prisão.
7. Desenlace: vs. 31-33. Os demais servos o denunciam ao rei, que questiona novamente o devedor.
8. Situação final: vs. 34. O rei, indignado, cancela o perdão dado e joga o servo na prisão.

O texto aborda o conflito do perdão divino recebido, mas não compartilha com os irmãos. Ocorrem duas situações iniciais (18,23.28a), nas quais um personagem, "rei" ou "servo", está prestes a cobrar uma dívida. Os dois nós, evidenciam a cobrança e o pedido de perdão (18,24-26; 28b-29). A antítese ocorre nas ações transformadoras: na primeira (18,27), o rei perdoa uma enorme dívida, enquanto na segunda (18,30), o servo malvado se recusa a perdoar uma pequena dívida. No desenlace da trama (18,31-33), os outros servos relatam ao rei a atitude do servo malvado, resultando na situação final (18,34) em que o rei revoga o perdão concedido. A narrativa se desenvolve como uma trama de resolução, na qual a questão central é "o que vai acontecer?". O leitor-ouvinte se questiona como os personagens irão agir e como isso vai influenciar a história (MARGUERAT, 2009, p. 72-74.).

⁷ Marguerat sugere uma estrutura quinária para a análise narrativa: situação inicial, nó, ação transformadora, desenlace e situação final (MARGUERAT; BOURQUIM, 2009, p. 57-59).

O narrador extradiegético⁸ constrói os personagens “Jesus” (18,22) e “Pedro” (18,21), como personagens singulares. Jesus é o protagonista e Pedro, o personagem cordão⁹. A partir do vs. 23, Jesus se torna o narrador intradieético¹⁰ e arquiteta os personagens: “rei” (18,23), como personagem singular e protagonista; “servos” (18,23), personagem coletivo e figurantes; servo “grande devedor” (18,24), personagem singular e cordão; servo “pequeno devedor” (18,28), personagem singular e cordão. No caso da cena entre esses dois, o servo mau se torna o antagonista¹¹.

Relativo aos traços constitutivos dos personagens, o rei é um personagem redondo, possuindo vários traços: rei (18,23), senhor (18,25), dotado de misericórdia, ἐλεέω (18,33), mas, ao mesmo tempo, capaz de irritação, ὀργίζω (18,34). Os servos são um personagem bloco e o servo malvado, é um personagem plano, caracterizado apenas como “mau”, πονηρὸς (18,22).

Os personagens são caracterizados com a finalidade de provocar empatia, simpatia e antipatia no leitor e, desta forma, catequizá-lo (MARGUERAT, p. 86-87)¹². O rei, a princípio, causa antipatia, pelo fato de vir acertar contas, cobrar seus servos (18,23); em seguida, estimula empatia, ao perdoar a enorme dívida (18,27) e, ao final, ao retirar o perdão (18,34), cria simpatia. O servo, grande devedor (18,26), inicialmente desperta empatia, pois, o leitor-ouvinte pode se identificar com sua situação de endividamento. No entanto, essa empatia se transforma em antipatia, quando age com violência se recusando a perdoar quem lhe devia (18,30). Por outro lado, o servo, pequeno devedor, provoca empatia (18,29-30), pois também está endividado e não foi tratado com misericórdia.

A perícopes está construída intercalando o método dramático (*showing*) e apresentação direta (*telling*)¹³. *Showing* ocorre no diálogo entre Jesus e Pedro (18,21-22); no diálogo do servo endividado (18,26); na conversa entre os dois servos (18,28-29) e na última conversa entre o rei e o servo mau (18,32-33). *Telling* acontece na apresentação do rei e na descrição do que mandou fazer com o servo endividado (18,23-25); no perdão do rei (18,27); na falta de perdão do servo mau e na denúncia dos demais servos (18,30-31).

No tocante à focalização¹⁴, ou seja, como o narrador direciona o olhar do leitor, percebe-se o foco mais direcionado para os diálogos, nos quais se trabalha a temática do perdão, fazendo-o atentar para a postura dos personagens pedindo, recebendo e recusando-se a dar o perdão. A perícopes pode ser esquematizada conforme abaixo:

8 Narrador que se encontra fora da narração. No caso o evangelista.

9 Protagonista é o personagem principal da história e o personagem cordão, o coadjuvante da cena (MARGUERAT, 2009, p. 77).

10 Narrador que se encontra dentro da narração.

11 Vilão da história.

12 Empatia: os valores do personagem se igualam aos do leitor; antipatia: os valores do personagem são contrários aos do leitor; simpatia: os valores do personagem e do leitor não são os mesmos.

13 *Showing*: o narrador mostra os personagens atuando e falando. *Telling*: o narrador diz o que os personagens fizeram ou disseram (MARGUERAT, 2009, p. 88).

14 MARGUERAT, 2009, p. 94.

Versículo	Focalização	Qual olhar vê
21-22	Externa	Leitor
23	Zero	Narrador
24-29	Externa	Leitor
30-31	Zero	Narrador
32-33	Externa	Leitor
34	Zero	Narrador

Em relação à temporalidade do relato, tanto o narrador extradiegético – Mateus, quanto o intradieético – Jesus, colocam-se num ponto posterior à narrativa. A duração e velocidade do relato sucedem-se conforme o esquema abaixo:

Versículo	Descrição	Velocidade
21-22	Diálogo de Pedro de Jesus	Cena – velocidade normal
23-25	Ações do rei	Sumário – velocidade rápida
26	Súplica do servo	Cena – velocidade normal
27	O perdão do rei	Sumário – velocidade rápida
28-29	Diálogo do servo com seu companheiro	Cena – velocidade normal
30	A falta de perdão do servo	Sumário – velocidade rápida
31	A denúncia dos servos	Sumário – velocidade rápida
32-33	Diálogo do rei com o servo malvado	Cena – velocidade normal
34	Retirada do perdão	Sumário – velocidade rápida
35	Palavra dirigida ao leitor-ouvinte	Pausa – tempo zero

Nas cenas (18,21-22; 26; 28-29;32-33) predomina, como tema, o perdão, seja em forma de diálogo ou dramatizado, com algum personagem encenando-o. A velocidade normal nesses versículos favorece o leitor-ouvinte contemplar tais ações refletindo sobre sua importância. A perícopes segue uma ordem sincrônica, não havendo presença de prolepses e analepses¹⁵, além de consistir num relato singulativo¹⁶.

O tempo narrado corresponde, em 18,22-23, a um episódio da vida de Jesus e, na parábola, 18,24-33, a um tempo ficcional, fazendo o leitor-ouvinte imaginar ser o tempo escatológico, no qual Deus fará a prestação de contas da humanidade. O tempo da narração consiste em contar as palavras e frases usadas para narrar tais ações. Segundo o *BibleWorks 10*, no texto grego, no diálogo entre Jesus e Pedro, o narrador construiu 2 versículos com 25 palavras e, na parábola, 13 versículos com 136 palavras. O narrador demora mais nos diálogos e encenações do perdão: 89 palavras em 7 versículos (18,21-22.26.28-29.32-33).

15 MARGUERAT, 2009, p. 112.

16 MARGUERAT; BOURQUIM, 2009, p. 120.

4. Mt 18,21-35: análise exegético-teológica

A pergunta de Pedro (18,21) visa discutir se há um limite para o perdão. Ao indagar se deve perdoar sete vezes, questiona, na verdade, se está obrigado ao perdão perfeito, pois sete é o número tradicional da perfeição (LUZ, 1993, p. 91-92). Os rabinos consideravam suficiente, perdoar o mesmo pecado três vezes ou menos (HAGNER, 2008, p. 537). Assim, a proposta petrina seria mais generosa.

A resposta de Jesus (18,22) extrema a perfeição: espera-se de Pedro um perdão perfeito-perfeitíssimo (LUZ, 1993, p. 92). Na resposta de Jesus, ἑβδομηκοντάκις ἑπτὰ, pode ser traduzido como “setenta e sete” ou “setenta vezes sete”. A Septuaginta usa as mesmas palavras, em Gn 4,24, para referir-se à vingança ilimitada. Aqui, a expressão corresponde ou ao perdão ilimitado a ser vivido na comunidade (LUZ, 1993, p. 92), ou ao extravasante carácter do perdão (HAGNER, 2008, p. 537).

Primeira situação inicial. Na comparação do Reino dos céus a um rei (18,23), os leitores-ouvintes judeus, logicamente pensam em Deus. A ideia do juízo nos tribunais é metaforizada pelo “ajuste de contas” (LUZ, 1993, p. 100), além de possuir conotações escatológicas¹⁷ (HAGNER, 2008, p. 538).

Primeiro nó. O primeiro servo deve ao rei dez mil talentos, μυρίων ταλάντων. Uma soma incalculável, provavelmente uma hipérbole (HAGNER, 2008, p. 538). Um “talento” consiste numa medida de peso de ouro, prata ou cobre. Poderia variar entre 27 e 41 quilos. 10.000 talentos são 204 toneladas métricas. Dependendo de qual metal foi usado, um talento pode equivaler a cerca de 6.000 denários, o que faz a dívida ser de 60.000.000 de denários. Recebendo um denário por dia (como em Mateus 20,2) exigiria mais de 164.000 anos de trabalho de um trabalhador comum para ser paga (JOHNSON, 2021, p. 68). Por isso, alguns defendem que o devedor, seja um arrecadador de impostos, governador ou alto funcionário (HAGNER, 2008, p. 538; LUZ, 1993, p. 100). τάλαντον, ocorrerá, somente, na parábola dos talentos, em Mt 25.

“Servo”, δοῦλος, além de significar qualquer classe de escravos, na linguagem bíblica, evoca as “pessoas que servem a Deus” (LUZ, 1993, p. 100). “Devedor” ou “endividar” são vocábulos, que lembram associações religiosas, pois, a palavra דָּבָר significava tanto “dívida”, quanto “pecado”, para os judeus. Os leitores-ouvintes gregos do evangelho, recordariam o Pai-Nosso (LUZ, 1993, p. 101). O alto valor do débito visa impressionar o leitor-ouvinte, para mostrar a impossibilidade de pagar sua dívida com Deus (JEREMIAS, 1974, p. 38).

Dada a incapacidade de o servo pagar, o rei ordena sua venda e a de sua família, como escravos. Não tem sentido essa prática. Seria um ato de maldade do rei, pois o valor nunca chegaria perto de dez mil talentos (JEREMIAS, 1974, p. 256)¹⁸. O verbo “pagar”, ἀποδίδωμι, também significa “devolver”, “recompensar”. Em Mateus, ele ocorre, várias vezes no contexto da recompensa ou punição

17 Mt 18,35; 25,30

18 Sobre vender as pessoas para pagar dívidas, veja 2Rs 4,1; Ne 5,3-5; Am 2,6; 8,6.

que Deus fará aos discípulos de Jesus (Mt 5,26; 6,4.6.18; 12,36; 16,27; 20,8; 21,41).

Diante disso, o servo se prosta, προσκυνέω. Ato que simboliza reverência ou adoração (Mt 2,2.8.11; 4,9-10; 8,2; 9,18; 14,33; 15,25; 18,26; 20,20; 28,9.17). Prostrar-se era ato usual diante dos reis no Oriente e, Mateus, ao usar tal verbo, pretende orientar o pensamento do leitor-ouvinte a Deus (LUZ, 1993, p. 102). O servo pede paciência e promete pagar “tudo”, πάντα. A promessa é irreal, por causa do tamanho da dívida (HAGNER, 2008, p. 538).

Primeira ação transformadora. O “senhor daquele servo”¹⁹, move-se de compaixão, σπλαγχνίζομαι²⁰ e perdoa, ἀφίημι. A dívida, ἀφίημι, ocorreu no evangelho, na oração do Pai Nosso (Mt 6,12.14-15), na qual a palavra “dívidas”, ὀφείλημα, simboliza os pecados. Em 18,27, o perdão é dado para o “empréstimo”, δάνειον²¹. “A bondade do senhor sobrepassa o pedido do servo” (JEREMIAS, 1974, p. 256). O soberano responde, com inimaginável graça, perdendo integralmente a dívida (HAGNER, 2008, p. 539).

Segunda situação inicial. Contudo, o servo perdoado encontra um companheiro, que lhe devia ἑκατὸν δηνάρια, cem denários (Mt. 18,28). Pequena quantia paga em cem dias de trabalho. Diferente do rei, ele age com violência, sufoca-o, πνίγω (o verbo ocorre, novamente, em 13,17).

Segundo nó. O versículo 29 praticamente repete o vs. 26, exceto pela ausência da palavra “tudo”. O companheiro comporta-se para com o devedor perdoado, da mesma forma como este agiu para com o rei.

Segunda ação transformadora. Contudo, o devedor perdoado, negou o perdão, mandou prendê-lo até que pagasse a dívida (Mt 18,30). O leitor-ouvinte, certamente, recorda de Mt 5,25-26.

Desenlace. Diante disso, os demais servos, “angustiados”, ἐλυπήθησαν²², com o destino de seu companheiro, dirigiram-se ao rei para “reportar”, διασαφέω, o que aconteceu. O verbo ocorre, novamente, em 13,36, somente. O leitor-ouvinte nota, somente agora, o conhecimento dos demais servos, acerca do perdão do rei ao devedor.

O rei convoca o servo, dirigindo-se a ele como “servo mau”, δοῦλε πονηρέ (Mt. 18,32). A expressão aparece invertida em 25,26. Com essa caracterização, percebe-se o juízo sobre o servo (LUZ, 1993, p. 104). Eis o coração da parábola: quem recebeu misericórdia, ἐλεῆσαι, deve ser misericordioso com os demais. Certamente, o leitor-ouvinte lembra de Mt 5,7, em que é prometido que os misericordiosos alcançarão misericórdia, como, também, de 6,12.14-15: o perdão recebido de Deus deve ser partilhado no perdão aos demais.

19 ὁ κύριος τοῦ δούλου ocorre, novamente, em 24,50, num contexto de juízo escatológico.

20 O evangelista atribui esse sentimento a Jesus: Mt 9,36; 14,14; 15,32; 20,34.

21 Jeremias nota que tal palavra não encaixa na parábola (JEREMIAS, 1974, p. 256). Para outros, a palavra faz sentido se, o devedor fosse um coletor de impostos, que não conseguiu arrecadar o devido, e o rei converteu a dívida em empréstimo, na esperança de, no próximo ano, receber muito mais (DE BOER, 1988, p. 217).

22 Outras ocorrências do verbo: Mt 14,9; 17,23; 19,22; 26,22.37.

Situação final. O rei encoleriza-se, ὀργίζεται²³, revogando o cancelamento da dívida do servo. Entrega-o aos torturadores, βασανισταῖς (essa palavra ocorre somente aqui). A tortura era forma de acelerar o pagamento da dívida, por parte dos familiares e amigos. Contudo, como a dívida era enorme, a prisão teria sido permanente (HAGNER, 2008, p. 540). O Novo Testamento usa βασανίζω aplicado às penas do inferno (Ap 14,10; 20,10; Lc 16,23.28). Mateus, ao usar essa palavra, força o leitor a pensar nas penas escatológicas (LUZ, 1993, p. 104).

O versículo 35 realiza a aplicação da parábola. O rei, ou senhor, simboliza Deus e, os servos, simbolizam os discípulos. A grande dívida perdoada, representa o perdão divino dos pecados, comparado com os pecados que os discípulos devem perdoar entre si. Deus revogará o perdão, se o discípulo se recusar a perdoar os pecados do outro discípulo (HAGNER, 2008, p. 540). O final da parábola anuncia o juízo a quem não pratica o perdão, pois, mesmo o perdão divino precedendo ao humano – graça – o perdão do discípulo é condição para, no juízo final, o perdão divino ser efetivado (LUZ, 1993, p. 107).

5. Mt 18,21-35: aproximação pastoral

Jesus conta a parábola para explicar por que o perdão deve ser dado sempre na comunidade cristã (JOHNSON, 2021, p. 79). Em grego, a parábola começa com a partícula διὰ, “por isso”, ausente na tradução da CNBB. As situações iniciais da parábola, ensinam sobre a dívida impagável do cristão para com Deus e sobre as ofensas do irmão a serem perdoadas. Os nós do enredo mostram a enorme diferença entre o débito do cristão para com Deus e os pecados de uns para com os outros. As ações transformadoras revelam o contraste entre o abissal perdão divino e a recusa humana em dar o perdão. A situação final consiste numa tragédia, na qual o que havia sido superabundantemente agraciado, perde a graça do perdão divino, por não exercer a misericórdia com os demais.

A enorme dívida representa o pecado que cada pessoa possui diante de Deus. O perdão do rei, incondicional e pleno, simboliza a graça divina oferecida. A recusa do servo em perdoar seu companheiro, demonstra a ingratidão e incongruência do discípulo que, sendo perdoado por Deus, não absolve aos demais. A resposta do rei, castigando o servo implacável, adverte ao leitor-ouvinte, sobre a seriedade do perdão mútuo entre os discípulos de Jesus, refletindo a superabundância da salvação graciosa oferecida por Deus.

Uma vez agraciado, em Cristo, com um perdão sem medida, o cristão deve esforçar-se por sempre perdoar ao próximo que lhe ofendeu. Caso contrário, a graça da salvação final, pode lhe ser retirada, como adverte o fim da parábola. Por isso, os verbos estão no futuro, pois, a finalidade catequética é mostrar como Deus, poderá retirar o perdão dado, caso o leitor-ouvinte não perdoe de coração o seu irmão.

O narrador foca, sobretudo, as cenas de perdão, fazendo esses diálogos serem em velocidade normal, para favorecer a contemplação do leitor, usando,

23 Mt 5,22; 22,7.

inclusive, o recurso da dramatização (*showing*). Assim, o leitor-ouvinte consegue experimentar sentimentos diversos: empatia diante do servo devedor, mas logo após, antipatia diante da violência e falta de perdão deste que foi perdoado. O leitor-ouvinte fica surpreendido, pois espera que o servo tenha a mesma atitude para com aquele que realmente pode lhe pagar a dívida.

Quanto à identificação do leitor com os valores positivos ou negativos dos personagens, é importante considerar, em primeiro lugar, que a mensagem do evangelho visa ensinar o valor supremo do perdão. A parábola, na realidade, apresenta uma tragédia: o rei que concedeu perdão acabou por revogá-lo; o servo absolvido não conseguiu perdoar aquele que lhe devia; e o leitor, inconscientemente, tende a desejar que ele sofra as consequências de sua conduta, falhando também no ato de perdoar, agindo, exatamente, como o primeiro servo (SCOTT, 1985, p. 442). Este fato ilustra como facilmente podemos perder a graça de Deus, que tudo nos perdoou, se não perdoarmos, verdadeiramente, as pessoas em suas faltas. "Mateus postula claramente que o perdão de Deus pode ser arruinado pelo desamor humano" (LUZ, 1993, p. 110).

Necessita-se recuperar, em nossas comunidades e, na sociedade em geral, a cultura da reconciliação e do perdão. Perdoar não significa esquecer as injustiças sofridas, mas quebrar a espiral do mal com o bem. O perdão é um ato capaz de mudar as relações entre as pessoas, buscando construir de maneira nova a convivência futura. Quando se estimulam comportamentos de ódio e de vingança, obstaculiza-se o avanço de uma sociedade mais humana. A repulsa do perdão, da parte dos cristãos, é um rechaço da fraternidade sonhada por Deus que sempre nos perdoa.

Conclusão

Uma das manifestações do favor divino ao ser humano consiste no perdão dos pecados. Um dos atributos divinos, no Antigo Testamento, é a misericórdia. As palavras *hen e hesed*, traduzidas por *charis* pela Septuaginta e, de certa forma, assumida pelo Novo Testamento, expressam a iniciativa divina em ajudar alguém necessitado e, neste caso, carente de perdão. Jesus, por meio de seu ministério, manifestava a graça divina aos doentes e pecadores. Sua morte é entendida enquanto mistério de redenção para o perdão dos pecados. A teologia paulina frisar que, por Cristo a humanidade foi perdoada e justificada de suas faltas.

O evangelho mateano não usa a palavra *charis*, mas possui uma "teologia da graça" implícita. Ao descrever as ações de Jesus, Mateus mostra, de certa forma, a precedência da graça e do favor divino ao ser humano, antes que este se converta. Além disso, usando a taxonomia de Barclay, é possível detectar como Mateus, nas suas narrações, mostra as perfeições da graça divina em socorro da humanidade. Uma das narrativas, Mt 18,23-35, a parábola do servo implacável, ilustra a superabundância da graça, manifestada do perdão. A análise narrativa desta perícopes evidencia que O conflito apresentado no texto consiste em como deve agir o discípulo de Jesus, uma vez que foi grandiosamente perdoado por Deus.

Ao mesmo tempo, Mateus mostra o exagero da graça e do favor divino, ilustrado pela enorme dívida impagável do servo e a perda desta mesma graça, quando este não perdoa a seu companheiro. O discípulo de Jesus, obstinado em não perdoar ao próximo, as faltas que lhe são cometidas, se esquece que Deus, em Cristo, o perdoou primeiro. A advertência, no final da parábola, recorda, portanto, que, no fim, a graça do perdão será retirada, se o seguidor de Cristo, durante a sua vida, não praticar a misericórdia, não perdando, de coração, aos seus irmãos de comunidade e ao próximo.

Referências

- BÍBLIA Sagrada. Tradução Oficial da CNBB. 2ª edição. Brasília: Edições CNBB, 2019.
- DE BOER, Martinus C. Ten Thousand Talents? Matthew's Interpretation and Redaction of the Parable of the Unforgiving Servant (Matt 18:23-35). *The Catholic Biblical Quarterly*. v. 50, 1988, p. 214-232.
- DE MORI, Geraldo. *Apostila As fontes da Teologia da Graça*. Belo Horizonte: Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia - FAJE, 2024. Apostila não publicada.
- HAGNER, Donald. *Matthew 1 – 13*. World Biblical Commentary. Nashville: Thomas Nelson, 2008.
- JEREMIAS, Joaquim. *Las parabras de Jesus*. Estella: Verbo Divino, 1974.
- JOHNSON, Ryan Taylor. *Divine grace in the gospel of Matthew*. Tese (Doutorado em Filosofia) – The Southern Baptist Theological Seminary, 2021.
- LUZ, Ulrich. *El Evangelio según San Mateo*. Mt 18-25. v. 3. Salamanca: Ediciones Sigueme, 2003.
- MARGUERAT, Daniel. BOURQUIN, Yvan. *Para ler as narrativas bíblicas. Iniciação à análise narrativa*. São Paulo: Loyola, 2009.
- NESTLE-ALAND, *Novum Testamentum Graece*. 28ª edição. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2012.
- PARK, Eung Chun. *The Mission Discourse in Matthew's Interpretation*. *Wissenschaftliche Untersuchungen zum Neuen Testament* 81. Tübingen: J.C.B. Mohr, 1995.
- SCOTT, Bernard Brandon. The king's accounting: Matthew 18:23-34. *Journal of Biblical Literature*. v. 104, n. 3, 1985, p. 429-442. *JBL* 104/3 (1985) 429-442.
- SELIS, Claude. Graça. In: *Dicionário Enciclopédico da Bíblia*. São Paulo: Loyola, 2013, p. 595-597.
- THEOBALD, Michael. Gracia. Nuevo Testamento. In: KASPER, Walter. *Diccionario Enciclopédico de Exégesis y Teología Bíblica*. Barcelona: Herder Editorial, 2011, v. I, p. 708-715.
- YAMAUCHI, Edwin. Hanan in: HARRIS, R. Laird; ARCHER, Gleason L.; WALTKE, Bruce K. *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1998, p. 494-498.